



Intervenção inicial do Ministro da Educação na Assembleia da República no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2022

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Permitam-me, antes de mais, por ser a minha primeira intervenção nesta sessão legislativa, saudar todas as senhoras e senhores deputados, desejando a todos um bom mandato e expressando o gosto que é para a nossa equipa estarmos aqui hoje - e todas as vezes que voltarmos - para prestar esclarecimentos e debater as opções de política educativa.

Discutimos este Orçamento de Estado poucos dias depois de, nesta mesma câmara, termos celebrado os 48 anos de democracia, neste ano em que a liberdade já ganhou em tempo à ditadura. Ser português e democrata é estar grato a tudo o que temos conseguido nestas quase 5 décadas de investimento continuado em educação.

Há 48 anos, tínhamos 26% de analfabetos, tínhamos apenas 4,5% de jovens a frequentar o ensino secundário. Há 30 anos, mais de 50%

dos jovens abandonavam a escola. Hoje temos 5,9% de abandono escolar precoce, reduzimos as taxas de retenção e desistência no ensino básico para valores residuais, aumentámos em 14% as taxas de conclusão do secundário em apenas 3 anos, elevámos a qualidade do ensino e a formação dos profissionais e não desistimos de qualificar a população ativa adulta que se viu impedida de estudar na idade própria.

Esta é a evidência maior do sucesso da democracia. Temos uma geração cada vez mais qualificada e deixámos de considerar normal e legítimo que uma parte significativa das crianças e dos jovens desista de estudar.

Este sucesso é, em grande medida, o sucesso da escola pública e dos seus profissionais, pois foi nesta que se formou a esmagadora maioria da população portuguesa. Contra as vozes que sempre tentam desmerecer, a escola pública responde com dados concretos de vidas transformadas, constituindo-se o melhor instrumento de mobilidade social.

Não estamos perante opiniões. Estamos perante dados e indicadores que, contra a simplicidade comercial de alguns rankings, evidenciam o quanto a escola pública tem contribuído para a equidade e a quebra de ciclos de baixas qualificações.



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A educação é o território dos inquietos. Apesar dos progressos, enquanto houver alunos com dificuldades, desigualdades a determinar percursos, não baixamos os braços.

Este orçamento é um orçamento que continua um caminho de sucesso traçado, que age perante os desafios que persistem e que reage aos novos desafios que se colocam.

Este é um orçamento que continua um caminho de reforma serena na modernização do sistema educativo. Tomando como referenciais essenciais as *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* e os pilares do Programa Qualifica, temos vindo a construir uma escola para todos, da infância à idade adulta, valorizando o desenvolvimento de competências mais exigentes e mais adequadas aos tempos que vivemos, em que o conhecimento se alia à capacidade de raciocinar, analisar, pesquisar, pensar criticamente e criar, em que a formação dos cidadãos se constrói com todos os saberes, da ciência às artes, da língua à tecnologia, esbatendo-se fronteiras outrora estanques entre áreas do saber.

A autonomia conferida às escolas para a construção dos seus projetos educativos com flexibilidade é um caminho sem retorno e



que tem permitido que Portugal seja visto como um país de referência no desenho de políticas educativas.

Hoje já não é preciso ir à Finlândia. Basta abrir os portões das escolas portuguesas para se conhecer inovação curricular.

Este caminho faz-se com investimento e determinação. O orçamento da educação volta a crescer em 2022: 8,7%, o que consubstancia um crescimento acumulado de 31,4% desde 2015.

Este é um orçamento que age perante os problemas persistentes no sistema educativo. O fosso entre os alunos oriundos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos e os mais privilegiados continua a ser o principal desafio. Por isso, reforçam-se os apoios no âmbito da educação inclusiva, dando continuidade aos apoios tutoriais, reforçando os apoios terapêuticos, consolidando o reforço das horas de crédito das escolas para as equipas multidisciplinares e reforçando a ação social escolar.

A escola inclusiva é o território da necessidade de reconfigurar e repensar continuamente, como percebemos na necessidade de adequar as formas de organização do ensino do português língua não materna a novas realidades linguísticas das escolas, tornadas agora tão visíveis na receção dos mais de 4000 alunos ucranianos que chegaram às escolas nos últimos meses.

A inclusão não é uma teoria. São práticas que se concretizam na convergência de recursos - hoje a escola pública tem mais



professores de educação especial, mais técnicos especializados, mais psicólogos, mais programas de apoio à inclusão seja no âmbito do plano nacional de leitura, do plano nacional das artes ou no desporto escolar.

Pelo terceiro ano letivo, a pandemia perturbou a vida das escolas, a aprendizagem dos alunos, a organização do ano letivo. Sabemos que a pandemia, em todo o mundo, afetou principalmente os alunos que já eram mais vulneráveis. Também assim foi em Portugal, apesar do trabalho inextinguível dos professores, da colaboração exemplar das autarquias e dos recursos colocados ao dispor da escola, de que se destacam as respostas de assistência imediata, como o fornecimento de refeições, os mais de 4000 recursos pedagógicos do EstudoEmCasa ou as centenas de instrumentos disponibilizados no site “apoio à escola”.

Este é o orçamento que concretiza o Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+, alocando mais recursos humanos às escolas, com a disponibilização do equivalente a 3000 horários docentes em apoios tutoriais, em reforço de crédito horário para diferentes medidas, e na contratação de cerca de 1100 técnicos especializados para a implementação dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário. Este é o orçamento



que financia programas de apoio à recuperação das aprendizagens na leitura, com a disponibilização às escolas de ferramentas para melhor monitorização dos desempenhos dos alunos, com a aquisição de livros para a dinamização de leitura orientada em sala de aula. O plano de recuperação das aprendizagens inscreve como um dos seus eixos principais a monitorização e a aferição. Por isso, as medidas adotadas estão a ser monitorizadas e já decorre nova fase de aferição dos desempenhos dos alunos, completando a informação recolhida nos últimos dois anos letivos, para que as decisões sejam tomadas com base em evidências. O primeiro exercício de monitorização está publicado, permitindo-nos saber quais as medidas mais adotadas pelas escolas. Nas próximas semanas, serão divulgados os resultados da avaliação do bem-estar emocional dos alunos. Também está publicado o primeiro estudo que indica o impacto, também reconhecido pelas escolas, dos Planos de Desenvolvimento, Pessoal, Social e Comunitário. É por termos avaliação que posso já antecipar que estes planos continuarão no ano letivo 2022/2023, para que o apoio por técnicos especializados - psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, artistas - possa ser continuado de acordo com o desenho que cada escola previr para o seu plano.

Caras senhoras e caros senhores Deputados

O orçamento de estado 2022 reage também perante a necessidade de adequar o sistema educativo aos novos desafios formativos, dando bom uso aos fundos disponibilizados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

A transição digital na educação avança, depois da disponibilização de equipamentos informáticos a todos os alunos, com o reforço da capacidade e velocidade da internet das escolas, com a progressiva transição para manuais digitais, com a produção de recursos educativos digitais, com a desmaterialização de provas e exames, com a instalação de 1300 laboratórios digitais e o alargamento da rede de clubes ciência viva para fomentar o ensino experimental das ciências. A escola digital passa também por uma modernização dos serviços das escolas, com apetrechamento das secretarias e trabalho sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação, procurando-se uma diminuição da burocracia associada à gestão escolar.

Sendo o ensino profissional um dos melhores contributos do sistema educativo para a qualificação e recuperação do país, na senda do investimento e valorização desta via, o orçamento de estado prevê o início da instalação de 365 centros tecnológicos especializados, através dos quais cursos profissionais nas áreas da indústria, da informática, das energias renováveis e do digital serão equipados e infraestruturados, num processo de mais acelerada adequação da oferta educativa às necessidades da economia.

Nenhuma transformação acontece sem profissionais. Após sucessivas revisões da portaria dos rácios, que dotaram as escolas de mais assistentes operacionais, e após o recenseamento detalhado das necessidades de professores, podemos iniciar um trabalho robusto de suprimento de necessidades imediatas e de médio prazo. A atratividade da carreira docente não se consegue sem que se revejam os instrumentos de recrutamento e colocação de professores, eliminando a instabilidade da mobilidade constante destes profissionais.

Vamos, pois, iniciar o processo da concertação para uma definição de um modelo de recrutamento que fixe os professores a quadros de escola e de agrupamento mais cedo e de forma permanente, com o objetivo de eliminar o eterno “casa às costas”, permitindo que haja previsibilidade e capacidade de ajustamento da vida pessoal ao lugar onde se fixa. Estamos também em diálogo com as instituições de ensino superior para trabalho em três frentes: a revisão do modelo de formação inicial de professores, com a introdução de estágios remunerados e indução na carreira; a criação de modelos para a profissionalização em exercício e para a formação dos professores que expressam a vontade de retomar uma carreira interrompida há anos.

Sabemos que é preciso formar mais professores e garantir estabilidade na carreira e esse é o caminho que este orçamento de estado inicia, integrando também a capacidade de gerir os recursos



humanos de forma mais ajustada às necessidades permanente e transitórias, de que é exemplo a recente decisão de completar horários no terceiro período nas regiões mais afetadas pela falta de professores, permitindo a compensação de aulas perdidas.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados

Este é um orçamento de estado que reconhece o valor da proximidade na resolução dos problemas, concretizando o reforço de autonomia pedagógica das escolas e confiando no aumento de eficácia trazido pela descentralização de competências. Permitam-me que expresse o meu reconhecimento aos autarcas pela forma tranquila como está a decorrer o processo de transferência de competências. É também na confiança nessa proximidade que se inscrevem os fundos para o desenvolvimento de projetos locais para a qualificação dos adultos que ainda não têm competências básicas.

Termino exatamente com uma referência a esta área fulcral para o desenvolvimento do país: a educação e formação de adultos. Não esquecemos como há poucos anos foi desmerecida por mero preconceito ideológico, quando se tentou desmantelar toda uma rede estabelecida. Hoje, depois do lançamento do Programa Qualifica em 2017, temos mais de 800 mil certificações de percursos formativos e de competências. Uma sociedade que não valoriza o conhecimento desiste de si própria. O fomento à formação ao longo



da vida, continuado neste orçamento, é a garantia de que investimos numa sociedade que ganha ainda mais valor quando assumimos que a ninguém pode ser dado o poder de desistir daqueles que, por algum motivo, em criança ou em adultos, viram o direito à educação interrompido ou prejudicado.

Não aumentamos o orçamento da educação em 8,7% porque sim. Fazemo-lo porque estamos a combater desigualdades, a preparar o futuro, a fazer o país avançar.

O programa do governo prevê que consigamos, também aqui na Assembleia da República, construir um pacto social para a educação. Convergimos na necessidade de investimento, por certo, e este orçamento é evidência do cumprimento por parte do governo desta face desse pacto.